



Décima Primeira ACTA

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Évora, na Rua do Fragoso n.º 8, em Évora. Estiveram presentes o Presidente da Assembleia João Cinza e o secretário, Rui Salgado, e os membros da Assembleia: José Alves, Gaudêncio Cabral, Henrique Sim-Sim, Fernando Casqueiro, em representação de Vanessa Martins, Rui Alves, em substituição de Rosete Silva, Carlos Borralheira, em substituição de Maria Joaquina Santos. Esteve presente o Presidente da Junta de Freguesia, Nuno Cabrita e a tesoureira, Valentina Castro.

Não havendo pedido de intervenção por parte do público presente, passou-se de imediato aos pontos da ordem de trabalhos.

Ponto 1: Período de antes da ordem do dia (PAOD)

Carlos Borralheira propôs, em nome do PS, um voto de congratulação pela inclusão de verbas destinadas ao arranque do Hospital Central do Alentejo.

Após algum debate, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Rui Salgado propôs, em nome da CDU, uma moção contra a proposta de revogação da isenção de IMI para sítios classificados e monumentos nacionais, que entrará em vigor a partir do próximo ano, de acordo com o projeto de lei do Governo para o próximo OE, o que anularia o único benefício previsto na lei para o património classificado privado e do estado, comportando assim graves consequências para a manutenção do mesmo, com particular gravidade para o centro histórico de Évora. Apela ainda aos eleitos nesta assembleia que alertem os seus representantes na Assembleia da República para esta situação, incentivando os mesmos deputados para que votem contra a revogação desta norma.

Após algum debate, a moção foi aprovada pelos presentes.

Gaudêncio Cabral, congratulou a Junta pela instalação de cinzeiros na Praça do Giraldo, apelando a que se expanda a sua instalação e insistiu na necessidade da elevação da passadeira na Rua Serpa Pinto, e alertou para a necessidade de combater o estacionamento fora dos locais de estacionamento. Perguntou se há novidades sobre o sentido do trânsito na Rua dos Mercadores.

Henrique Sim-Sim congratulou o facto da Presidência da Federação Portuguesa de Associações, Centros e Clubes UNESCO ser assumida pelo eborense Prof. Aires de Carvalho e pelo facto de se ter conseguido que a sua sede nacional seja instalada em Évora.



Congratulou também o facto da Juventude Social Democrata ter escolhido Évora para realizar em 16 de Novembro as suas Jornadas do Gabinete Estudos, tendo a União de Freguesias de Évora cedido gentilmente a sua sala para acolher esta reunião.

Henrique Sim-Sim felicitou também as cerimónias de celebração do Centenário da Escola de São Mamede, que decorreram com bastante sucesso no dia 16 de Dezembro, e felicitou também a apresentação em Évora da exposição *Génesis* de Sebastião Salgado, da Fundación La Caixa e BPI, que esteve patente junto ao Templo Romano.

Henrique Sim-Sim chamou novamente a atenção para o estado de conservação e limpeza do Largo de Miguel de Portugal, já sinalizado em assembleias de freguesia anteriores, bem como alguns problemas na iluminação pública em algumas zonas do centro histórico (Largo dos Colegiais) e, por último, considerou que a iluminação de Natal da cidade é muito pobre e que cidades de média dimensão utilizam este tipo de ações para combater a sazonalidade turística e promover a atividade económica. Referiu ainda que é muito triste não haver música nas ruas e uma outra dinâmica da época festiva no CHE.

Carlos Borralheira considerou incorrecto e até bizarro que os documentos para esta assembleia fossem entregues só com 24 horas de antecedência.

João Cinza considerou que estas questões já são velhas e o que é importante é saber até que ponto as questões que aqui são tratadas são enviadas para as entidades competentes e quais são as respostas.

Rui Alves referiu que existem buracos em várias ruas e que há problemas de iluminação. Relativamente ao Natal, referiu que deveria mais iniciativa dos comerciantes e da associação de comerciantes.

O Presidente da Junta reconheceu que houve atrasos no envio de documentação para a reunião e que isso se deveu a um excesso de trabalho nestes últimos tempos, fruto da existência de obras em curso.

Ponto 2: Leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores

Acta n.º 9: Depois de ligeiras correcções, a acta 9 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião número 9.

Acta n.º 10: Não havendo propostas de alteração, a acta 10 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião número 10.

Henrique Sim-Sim referiu que nas atas da Assembleia de Freguesia, disponibilizadas no sítio da internet da UFE, devam ser disponibilizadas as Recomendações, Votos de Louvor e outras Propostas apresentadas e votadas pelos eleitos. Esta proposta teve a concordância de todos os presentes.



Ponto 3 Verificação de requisitos ao exercício de funções do Presidente da Junta de Freguesia.

De acordo com a Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua versão atual, de acordo com o disposto no artigo 27.º, n.º 3, alíneas a) e b) e n.º 6, a assembleia de freguesia deve verificar o cumprimento dos requisitos legais que permitem o exercício do mandato do presidente de junta de freguesia a tempo inteiro em regime de não exclusividade.

Perante a documentação apresentada, a assembleia considerou, por unanimidade, que se encontram verificados, de acordo com a lei em vigor, os requisitos necessários para o exercício do mandato do presidente de junta de freguesia a tempo inteiro em regime de não exclusividade.

Ponto 4 Contratos Plurianuais

Foi aprovada por unanimidade a autorização solicitada pela junta de freguesia para a renovação dos contratos plurianuais com os seguintes fornecedores: Fresoft - software autárquico / Tecnimor – contabilidade / Prossegur - sistema de segurança de instalações / Eden Springs . fornecedor de água engarrafada e dispensador de fresco / PT Comunicações MEO - comunicações telefónicas, televisão e rede de internet / Centro K - higiene e segurança no trabalho / Ponto Seguro – seguros de trabalho.

Ponto 5 Apreciação e Votação dos Acordos de Delegação de Competências.

Sobre a matéria em apreço, o Presidente da Assembleia de Freguesia, na sua qualidade de eleito, perguntou sobre o número 2 da cláusula 5 que indica que: “Para além do disposto no n.º 1, é atribuído financiamento no montante de 8,12 €/m² para a seguinte competência: a) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.” O Presidente da Junta explicou que não está prevista qualquer delegação de competências neste sentido.

Os documentos apresentados, Acordo de Execução de Delegação de Competências e Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, a celebrar com o Município de Évora, foram aprovados por unanimidade.

Ponto 6 Apreciação e Votação de Opções do Plano para 2020

O Presidente da Junta apresentou sucintamente o documento das Opções do Plano para 2020. Referiu que uma das iniciativas deste ano foi a candidatura ao fundo ambiental, a aquisição do veículo eléctrico e a contratação de um assistente operacional. Este redimensionamento da Junta de Freguesia vai permitir dar um salto na actividade da Junta, nomeadamente no serviço Repara. O veículo tem possibilidade de intervir no domínio da limpeza pública.



A Escola de São Mamede continuará a ser uma prioridade para a Junta. Está concluído o caminho pedonal no pátio inferior e a junta vai continuar a intervir e com mais celeridade, dadas as novas capacidades. Finalmente vai ser possível que o pavilhão da escola venha a ser utilizado pelas associações e grupos organizados de acordo com regulamento a elaborar. Não se preveem para 2020 investimentos tão avultados como nos anos anteriores.

A Junta de freguesia espera ter condições para concluir no próximo ano o acordo com a CME para o edifício sede da freguesia passar para a posse da Junta de Freguesia e assim dar início a um programa de qualificação do edifício. Se assim for, uma das prioridades do investimento será nas instalações da Junta de Freguesia, com a instalação de uma pequena biblioteca, de um auditório e de um espaço para exposições. A candidatura ao Fundo Ambiental permitirá à Junta de Freguesia recolher material variado de construção civil, promovendo a sua reutilização para o apoio ao programa Repara.

De acordo com o Presidente da Junta de freguesia, a recuperação do Largo de Avis vai ser uma das prioridades para 2020, contando que o projecto fique pronto em 2020.

Posteriormente passou-se à discussão.

Henrique Sim-Sim considerou que as Opções do Plano vêm em continuidade com os anos anteriores, sem grandes alterações, com inexistência de iniciativas para a área da juventude, no acolhimento e apoio aos estudantes, na promoção das atividades económicas e ao comércio, apoio aos idosos, na conservação e valorização dos espaços públicos, na dinamização cultural, sendo por isso um plano pouco ambicioso para aquilo que o Centro Histórico de Évora exige.

Rui Salgado considerou que, pelo contrário, o plano era ambicioso e que a Junta de Freguesia está em condições de dar um salto qualitativo na sua actividade durante o ano de 2020.

João Cinza mostrou preocupação por não existirem instalações sanitárias em condições e ainda pelo estado do coreto do Jardim Publico, danificado pela queda de uma grua. Referiu-se ao Largo Severim de Faria, considerando que a Junta já tinha dado por terminada a sua requalificação e não compreendia como é que se fez a pintura que lá está. Afirmou que partilhava o sonho do Presidente da Junta da sua requalificação e defendeu que antes de mais deveria ter sido melhorado o pavimento. João Cinza mostrou preocupação pelo exaustor da cozinha, pela fixação dos vidros e pelo estado do pátio superior da Escola de São Mamede. Considerou que a actividade cultural da Junta é limitada. A Junta devia fazer mais coisas. Pessoalmente não se revê muito no plano da Junta mas respeita.

Henrique Sim-Sim afirmou ter pena que o PS se tenha absterido numa proposta do PSD de recomendação sobre realização de obras urgentes e estruturais na escola básica de São Mamede.

O Presidente respondeu às questões levantadas.



As opções do plano foram aprovados com 2 votos contra do PSD, 2 abstenções do PS e 4 votos favoráveis da CDU.

Ponto 7 Apreciação e Votação do Orçamento para 2020.

A Tesoureira da Junta, Valentina Castro, apresentou o orçamento, detalhando informação sobre as rubricas com valores mias elevados.

João Cinza afirmou que comparando o orçamento para o ano com o do ano em curso há uma diminuição do orçamento da ordem dos 7 mil euros e em particular há uma diminuição das verbas do Município. Perguntou a razão. Perguntou porque é que dobrou a rubrica *outros serviços*.

Valentina Castro explicou que a diferença relativamente ao ano passado no que toca à transferência de verbas da Câmara tem a ver com o facto de no ano passado ter havido uma transferência excepcional devido à existência de uma dívida relativa a 2018 resultante de gastos da Junta de Freguesia com serviços de um cantoneiro.

Colocado à votação, o Orçamento foi aprovado com 4 votos a favor da CDU e 4 abstenções (PS e PSD).

Ponto 8. Informações da Junta de Freguesia. Apresentação do Relatório de Atividades de 2019

O Presidente da Junta de Freguesia apresentou sucintamente as actividades realizadas pela junta de freguesia no último trimestre.

João Cinza lamentou que os eleitos na Assembleia de Freguesia não tenham sido convidados para as comemorações do aniversário da cidade de Évora e solicitou ao Presidente da Freguesia que transmitisse à Câmara este reparo.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu a reunião por encerrada pelas vinte e quatro horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei.

O Presidente

O Primeiro Secretário

João Cinza

Rui Salgado



MOÇÃO

Na proposta de Orçamento do Estado para 2020, o governo propõe a revogação da norma que suporta a isenção do IMI atribuída aos imóveis dos centros históricos classificados pela UNESCO como Património da Humanidade e que, segundo a legislação portuguesa, são Monumentos Nacionais.

Esta norma, expressa na alínea n) do nº. 1 e no nº. 5 do artigo 44º. do Estatuto dos Benefícios Fiscais, foi consagrada como automática em votação por unanimidade no plenário da Assembleia da República, em 2010, mediante proposta subscrita pela quase totalidade dos grupos parlamentares, como forma de reafirmar o apoio do nosso Parlamento à isenção do IMI naqueles centros históricos, isenção essa que o governo pôs em causa em 2009.

Contrariando deliberações sucessivas da Assembleia da República e as sentenças dos Tribunais que, de 2015 até agora deram sistematicamente razão aos cidadãos que processaram o Estado por cobrança ilegal do IMI, o governo vem agora, com esta proposta de alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais, mostrar claramente que sempre quis acabar com esta isenção, que não representa mais de 4 milhões de euros por ano, deixando intacta a grande massa dos benefícios fiscais que representam anualmente cerca de dois mil milhões de Euros. É convicção desta Assembleia de Freguesia, que a isenção do IMI é a única, ainda que escassa, manifestação de apoio do Estado Português a este importante segmento do nosso património que são os centros históricos, Património da Humanidade e os correspondentes valores culturais, identitários e económicos do nosso País.

Nestes termos, em face da sua enorme preocupação pelos factos citados, a Assembleia de Freguesia, hoje reunida, apela a todos eleitos para que condenem publicamente esta intenção do governo e façam chegar essa preocupação aos deputados da AR para que contra ela votem no debate do Orçamento de Estado para 2020.

A Assembleia de Freguesia

20 de dezembro de 2019